

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.673.775 - MT (2013/0117954-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : LEVI RIBEIRO
ADVOGADOS : EDUARDO LUIZ ARRUDA CARMO - MT010546
THAIS DE OLIVEIRA SILVA CAMPOS - MT012585
JOYCE DE OLIVEIRA SILVA CAMPOS - MT012923
RECORRIDO : MUTUM AGROPECUÁRIA S/A
ADVOGADOS : MARIANGELA GARCIA AZEVEDO MORAES - SP156285
NAIARA DIAS FIUZA - MT009029
RODRIGO JORGE MORAES - SP168164
ÉRIKA SANCHES CASATI E OUTRO(S) - MT009422

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS DE TERCEIRO - PRAZO DE CINCO DIAS PARA AJUIZAMENTO DOS EMBARGOS - CPC, ART. 1.048 - FLUÊNCIA DO PRAZO A PARTIR DA DATA EM QUE O TERCEIRO POSSUIDOR TEM CONHECIMENTO DA AFETAÇÃO POSSESSÓRIA - CUMPRIMENTO DO MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - INTIMAÇÃO NA MESMA DATA - REJEIÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA - EMBARGOS DE TERCEIRO AJUIZADO EM INTEMPESTIVIDADE MANIFESTA - RECURSO DESPROVIDO. O possuidor pode defender sua posse por meio de embargos de terceiro quando verificada a turbacão em decorrência de cumprimento de ordem judicial, desde que observado o prazo de 05 (cinco) dias estabelecido no art. 1.048, do CPC, contados a partir da data que teve conhecimento do cumprimento da ordem judicial.

Nas razões de recurso especial, alega a parte recorrente violação dos artigos 535, 143, I e III, 226 e 247 do Código de Processo Civil de 1973, além de divergência jurisprudencial.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo 2/2016 desta Corte.

O acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido. Afasto, pois, a alegada violação do art. 535 do CPC.

O recurso não poderia ser acolhido sem reexame de prova. O recorrente afirma haver inconsistência da Certidão do Oficial de Justiça, que levou à declaração de intempestividade dos Embargos de Terceiro. A respeito dessa premissa fática, porém, confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ fl. 976):

O apelante foi cientificado formalmente do cumprimento do mandado, indiscutivelmente, no dia 21/02/2007, e, embora diga que tal ato tenha se efetivado no dia 23/03/2007, não há qualquer comprovação nos autos que dê sustentação à essa afirmação.

Não prospera a alegação de que o oficial de justiça descumpriu as exigências do art. 226 do CPC, até porque a própria propositura dos Embargos de Terceiro, por si só, já inviabiliza essa sustentação. O fato de não constar do mandado a assinatura do apelante e de não ter ele subscrito o auto de reintegração de posse, não afastam a fé pública do Oficial de Justiça, que certificou a intimação do apelante da reintegração de posse, e o próprio apelante, depois, apresentou cópia da decisão que ordenou a expedição do mandado (cf. fls. 24/25), o que confirma validade da intimação do apelante.

A apelada foi reintegrada na posse no dia 21.02.2007 e, na mesma oportunidade, o apelante foi devidamente intimado do ato, tendo ajuizado os embargos somente em 27.02.2007 (cf. fls. 02).

Além da necessidade do reexame de prova para rever essas conclusões, tem-se que o fundamento referente à fé pública do Oficial de Justiça não foi impugnado nas razões do recurso especial.

Aplicam-se ao caso, portanto, a Súmula 7 do STJ e 283 do STF.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

